Fim de Tarde online sobre
a Presidência Portuguesa da UE - Expetativas e Balanço dos primeiros três meses

Ordem dos Economistas, 24 de março de 2021

Intervenção do Presidente da CIP, António Saraiva

O exercício da Presidência semestral do Conselho da União Europeia por parte de Portugal seria sempre um exercício exigente. Na presente situação, em que a União Europeia é chamada a responder à crise mais profunda por que alguma vez já passou, é uma missão ainda mais exigente e, sobretudo, de maior responsabilidade.

Acresce que o que está em jogo não é apenas a resposta meramente conjuntural a uma crise. Encontramo-nos perante um cenário de mudanças estruturais e permanentes nas relações de trabalho, no modo de funcionamento das empresas, na organização das cadeias de valor e no funcionamento do comércio mundial. Em algumas matérias, a pandemia acelerou tendências existentes. Noutras, agravou desequilíbrios. Noutras, ainda, houve impactos disruptivos.

Os grandes desafios que já estavam identificados – nomeadamente os da transição climática e da transformação digital – mantêm-se, mas têm de ser reequacionados à luz de uma nova realidade.

Em suma, a União Europeia deve estar pronta para enfrentar não apenas uma crise sanitária, económica e social profunda, mas uma ordem mundial significativamente alterada. E tem de fazê-lo através de ações sólidas e concertadas.

É certo que duas dificuldades que chegaram a ensombrar as perspetivas para este semestre forma ultrapassadas, com êxito, já na reta final da Presidência alemã: estou a pensar no acordo com o Reino Unido, alcançado na última hora, e na conclusão do acordo sobre orçamento plurianual e o Plano de Recuperação para a Europa, após o bloqueio temporariamente criado pela Hungria e a Polónia.

No entanto, temos de reconhecer que a missão é difícil, exigente, e de alta responsabilidade.

As prioridades com que a Presidência portuguesa se apresentou foram acolhidas consensualmente. Todos queremos uma União Europeia resiliente, social, digital, verde e global. A questão está em como consegui-lo.

E a principal mensagem que a CIP e a BusinessEurope tiveram oportunidade, desde o início, de deixar, foi a de que, para alcançar estes objetivos, são necessárias empresas competitivas.

Em finais de novembro, o Conselho de Presidentes da BusinessEurope referiu precisamente, no encontro que teve com o Governo português, que somente com empresas robustas seremos capazes de alcançar uma recuperação sustentável e inclusiva. Para tal, são necessários apoios financeiros e não-financeiros, além de que a recuperação não pode ser prejudicada pela imposição de novos custos e obrigações sobre as empresas.

Permitam-me que, à luz destas preocupações, passe em revista os pontos mais relevantes dentro de cada uma das prioridades assumidas, os avanços que foram já alcançados, e para os quais a Presidência portuguesas contribuiu, e as expectativas e aspirações, do ponto de vista das empresas.

Centrar-me-ei, em particular, na **primeira prioridade – uma Europa resiliente**.

Aqui, a grande tarefa era acelerar todo o processo (melhor, todos os processos) que permitirão que os fundos europeus, tanto os enquadrados no Plano de Recuperação como os do Quadro Financeiro Plurianual, cheguem à economia real com a maior brevidade possível.

Que avanços temos a assinalar?

No que respeita ao Instrumento de Recuperação e Resiliência, que financiará os planos nacionais de recuperação e resiliência, depois do acordo político alcançado em dezembro, houve que aprovar formalmente o respetivo regulamento. Em 12 de fevereiro este Instrumento entrou em vigor, passando "o jogo" para os Estados-membros, que já podem apresentar os respetivos Planos, e à Comissão Europeia, pela qual passará, em primeiro lugar, a sua análise e aprovação.

Quanto aos fundos relacionados com a política de coesão, coube já à Presidência portuguesa concluir as negociações com o Parlamento Europeu. No início de março, o Conselho aprovou todo o pacote legislativo que rege estes fundos, confirmando assim o acordo político alcançado com o Parlamento Europeu.

Só em junho é que se prevê que as redações finais destes regulamentos estejam ultimadas e traduzidas em todas as línguas oficiais da União, podendo entrar em vigor. Os Estados-membros poderão, então, submeter formalmente as suas propostas de Acordos de Parceria, que determinarão a forma como, em cada um, serão aplicados os fundos. Na prática, estamos a falar, no nosso país, do sucessor do Portugal 2020 e respetivos Programas Operacionais.

Sabemos que muitos Estados-membros já iniciaram informalmente, com a Comissão Europeia, o processo que conduzirá à assinatura destes acordos. Ignoro, no entanto, até que ponto é que, no caso português, estas negociações informais já avançaram.

Noutras frentes, também se registaram progressos: no dia 2 de fevereiro, foi lançado o programa "Horizonte Europa", com um orçamento de cerca de 95 mil milhões de euros para atividades de investigação e inovação no período 2021-2027 em toda a Europa. Trata-se do sucessor do Horizonte 2020, prevendo-se para abril a adoção formal do respetivo regulamento.

Já este mês, foi concluído o acordo final relativo ao regulamento do InvestEU, que junta 14 instrumentos financeiros até agora existentes e sucede ao Fundo criado pelo Plano Junker.

Trata-se de um instrumento de grande importância, pela alavancagem que proporcionará ao investimento e pelas novas oportunidades que abre, em complemento com os Planos nacionais de Recuperação e Resiliência e com os Acordos de Parceria, para a criação de soluções para o apoio à capitalização das empresas.

Estou certo de que o Deputado José Manuel Fernandes, que esteve, no Parlamento Europeu, envolvido no processo de negociação e aprovação do InvestEU, nos irá esclarecer melhor sobre este instrumento.

Também este mês, foi anunciado o acordo político entre o Conselho e o Parlamento sobre a segunda edição do Mecanismo Interligar a Europa, que continuará a financiar projetos fundamentais nas áreas dos transportes, do digital e da energia.

Em suma, neste campo dos fundos europeus, novos e antigos, podemos dizer que a Presidência portuguesa cumpriu o seu papel, contribuindo para que o processo legislativo tenha sido concluído com sucesso. A bola passou agora para as mãos dos Estados-membros e da Comissão.

Ainda nesta prioridade da Europa mais resiliente, é necessário avançar decisivamente noutras frentes. De facto, não basta injetar dinheiro nos Estados-Membros, se não se criarem, simultaneamente, condições para a recuperação e para o crescimento.

Destacaria aqui, precisamente, a importância de alguns dos temas em agenda no Conselho Europeu de amanhã, para os quais tive oportunidade de chamar a atenção hoje mesmo, na reunião do Governo com os parceiros sociais.

Quanto ao Semestre Europeu para 2021, que terá, obviamente, como prioridades a preservação do emprego e a recuperação económica, lembrei que as empresas estão no centro dessas prioridades e como tal, é fundamental que as suas estruturas financeiras, muito debilitadas pela crise, sejam robustecidas. Por isso, insisti na necessidade de desenvolver, a nível nacional, mas também a nível europeu, instrumentos capazes de reforçar os capitais permanentes das empresas.

Quanto à política industrial, é de lamentar que a Comissão Europeia tenha adiado, uma vez mais, a sua comunicação sobre a revisão da política industrial europeia.

Não tenho dúvidas que o reforço de uma base industrial europeia é fundamental para atingir os grandes objetivos europeus, nomeadamente o da transição digital e ecológica.

É necessário evitar dependências excessivas, que se tornaram bem visíveis. Para isso, precisamos de alcançar cadeias de valor mais seguras, mais robustas e mais flexíveis. Mas a estratégia industrial deve rejeitar claramente uma ilusão de autossuficiência, com o consequente fecho da Europa sobre si própria, adotando antes uma abordagem que favoreça a diversificação e encurtamento das cadeias de valor sob o impulso e direção das próprias empresas.

A União Europeia deve desenvolver, não uma política industrial dirigista, mas uma estratégia que vise melhorar as condições que incentivem as empresas de todas as dimensões e setores a investir, inovar e crescer.

A este respeito, continuamos à espera da Comunicação da Comissão sobre "Legislar Melhor" ("Better Regulation"), que já foi adiada por três vezes, estando agora prevista para 27 de abril.

Quanto ao mercado único, a pandemia veio agravar as barreiras à livre circulação de mercadorias. Temos, recentemente, recebido exemplos de vários Estados-Membros que tomaram iniciativas unilaterais em termos de exigências de requisitos que condicionam o acesso a esses mercados.

Aproveitando a Presidência, Portugal deveria relançar a agenda para o mercado interno, no sentido de remover os entraves provocados durante a pandemia e continuar a trabalhar para eliminar as barreiras pré-existentes no mercado interno. Em particular, devemos enfrentar os obstáculos de longa data relativos à mobilidade laboral transfronteiriça, mitigar os entraves regulamentares para a prestação de serviços transfronteiriços, corrigir a política excessivamente prescritiva da Comissão sobre normas europeias harmonizadas aplicáveis aos produtos, e remover as barreiras ao livre fluxo de dados.

Nestas matérias, as responsabilidades estão, sobretudo, do lado da Comissão Europeia, mas a Presidência do Conselho terá certamente oportunidade de fazer exercer a sua influência.

No âmbito **Europa social**, a principal prioridade da Presidência Portuguesa passa pela adoção do Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a qual deve ter lugar na Cimeira Social do Porto, nos dias 7 e 8 de maio.

Como se sabe, as empresas apoiam o Modelo Social Europeu e encontram-se disponíveis para encetar um diálogo que permita, de forma sustentada, melhorar as condições de vida e de trabalho dos cidadãos europeus.

Na perspetiva da CIP, o desenvolvimento de tal Modelo depende da melhoria dos mercados de trabalho e dos sistemas sociais em todos os Estados-Membros, conferindo espaço às soluções promovidas pelo diálogo social a nível comunitário e nacional.

Neste caminho, assume particular relevância o já referido Plano de Ação para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

É crucial que este Plano não ignore que a dimensão económica é essencial para assegurar o futuro da União Europeia.

Aliás, os problemas sociais da Europa não se devem a um défice de política social, mas sim, à falta de competitividade.

O acervo social da UE já se encontra bem desenvolvido, abrangendo mais de 70 Diretivas que protegem os trabalhadores e lhes proporcionam direitos em inúmeras áreas-chave, incluindo a igualdade de tratamento, condições de trabalho, saúde e segurança, informação e consulta e proteção social, etc..

Por forma a criar um quadro impulsionador do Plano, é nossa perspetiva, na CIP, que se deve promover um maior compromisso e apropriação da estratégia a seguir, o que deve passar por uma declaração quadripartida subscrita pelo Conselho, Comissão Europeia, Empregadores e Sindicatos Europeus, na Cimeira Social do Porto.

No que respeita a **Europa verde**, os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e a meta da neutralidade climática até 2050 mantêm enorme relevância. Existem, sem dúvida, oportunidades importantes a serem exploradas no âmbito da economia verde. No entanto, devem ser tidos em conta os efeitos da crise na capacidade das empresas para agirem, para se reinventarem e para investirem.

Devemos adequar as nossas ambições à nova realidade. A forma como será prosseguida a transição verde deve ter em conta as grandes dificuldades por que está a passar a economia. As metas devem ser realistas para serem eficazes, e precisamos de ter uma estratégia adequada, com os instrumentos e o enquadramento apropriados para os alcançar.

O correto aproveitamento dos fundos europeus e a Política industrial, a que me referi há pouco, são fundamentais para restaurar a capacidade das empresas para investirem em tecnologias verdes e de baixo carbono.

Neste domínio, a pandemia levou, compreensivelmente, a atrasos em alguns processos legislativos. Por outro lado, seria importante que essas iniciativas legislativas, as obrigações nelas previstas e os respetivos prazos fossem revistos à luz da situação económica por que estão as passar as empresas.

Quanto à **Europa digital**, há avanços a assinalar:

Estão a avançar, sob o impulso da Presidência, as discussões entre Conselho e Parlamento das novas leis dos Serviços Digitais e dos Mercados Digitais, propostas pela Comissão Europeia em dezembro passado. Estas propostas constituem um conjunto abrangente de novas regras para todos os serviços digitais, incluindo as redes sociais, os mercados em linha e outras plataformas em linha que operam na União Europeia. Esperamos que este novo enquadramento regulamentar consiga integrar os equilíbrios necessários para salvaguardar, simultaneamente, a proteção dos consumidores e a promoção da competitividade empresarial.

No passado do 19, tivemos o Digital Day 2021, organizado pela Presidência portuguesa e a Comissão Europeia, com a assinatura de três declarações pelos Estados membros, com compromissos em domínios fundamentais como a conectividade digital entre a Europa, África, Ásia e América Latina, as *start-ups* e as tecnologias digitais limpas.

A Presidência conseguiu também vencer um impasse de quatro anos e iniciar as negociações com o Parlamento Europeu, em articulação com a Comissão, para a revisão das regras em matéria de proteção da privacidade e da confidencialidade na utilização dos serviços de comunicações eletrónicas.

Quanto à tributação digital, esta é uma questão global, pelo que encorajamos os esforços para a concretização de uma proposta de tributação digital global no plano da OCDE em vez da introdução de soluções unilaterais ao nível europeu ou nacional. Tais ações poderiam, em última análise, ter um impacto negativo nas PMEs e nos consumidores europeus.

Finalmente, no domínio da **Europa Global**, quero sublinhar a importância que a Presidência Portuguesa está a atribuir ao debate sobre a revisão da Política Comercial da União Europeia, tendo estabelecido que esta será objeto de uma decisão do Conselho da UE até ao final de junho. O atual enquadramento dos fluxos de comércio e de investimento a nível internacional é profícuo em condicionamentos negativos – desde as guerras comerciais e tendências protecionistas até à fraqueza das regras internacionais da Organização Mundial do Comércio.

Sobre as perspetivas deste debate, realçamos a necessidade de assegurar a abertura, resistindo a tentações protecionistas, mas, também, o fim de uma certa ingenuidade da União Europeia no seio de um enquadramento conflituoso a nível mundial. Com efeito, é importante passar a dispor de instrumentos que visem o restabelecimento de condições equitativas de concorrência para as empresas europeias no próprio mercado interno europeu, e, de uma forma recíproca, nos mercados de países terceiros.

O avanço no processo do Acordo UE-Mercosul tem sido outro dos temas importantes que a Presidência Portuguesa tem sistematicamente defendido. Com efeito, um novo atraso pode comprometer todo o potencial de oportunidades que oferece. A conclusão deste acordo trará às duas regiões a oportunidade de superar as dificuldades que vivemos, mas também de projetar o futuro para além da pandemia.

A argumentação no domínio ambiental é digna de reflexão por todos. Cremos, no entanto, que este debate tem de ser realista e construtivo por ambas as partes, situação para a qual as federações empresariais do Mercosul e europeias, designadamente, a CIP, pretendem contribuir efetivamente, aliando-nos aos esforços da Presidência.

A Presidência Portuguesa tem destacado, ainda, a importância de reatar o diálogo transatlântico. Um diálogo que permita não só reforçar o potencial das relações com os Estados Unidos, mas, principalmente, ajude a reconstruir uma ordem económica mundial com base no multilateralismo.

Sem menosprezar a importância de outros avanços já conseguidos, como a aprovação de um instrumento unificado para o financiamento da ação externa da União Europeia, ou de outras prioridades da agenda da Presidência Portuguesa, como sejam o reforço do relacionamento com África ou a cimeira de maio com a Índia, o reatar do diálogo transatlântico será uma ocasião para que Portugal desempenhe a sua vocação histórica de construtor de pontes entre a Europa e o resto do mundo.

Em suma, podemos dizer que a Presidência Portuguesa está, globalmente, a cumprir a sua missão de construção de consensos, no seio do Conselho, nas negociações com o Parlamento Europeu, no trabalho com a Comissão Europeia. Talvez não tanto como muitos desejaríamos, mas a Europa avançou, nos últimos três meses. Podemos orgulhar-nos do contributo da Presidência portuguesa para esse avanço.

Já no plano interno, a apreciação da atuação do Governo não será tão positiva.

O Governo vai gerindo a situação, dia-a-dia, apresentando e reapresentando medidas e apoios, melhorando, aqui e ali, as suas respostas, mas sempre aquém do que seria necessário, sempre aquém do que vai sendo feito na generalidade dos países europeus. Não se vislumbra, no entanto, uma resposta mais estrutural e mais robusta, à altura do desafio. Uma resposta que passa, não me canso de insistir, por medidas – há muito reclamadas, há muito prometidas – que favoreçam o reforço dos capitais permanentes das empresas.

Não basta assegurar a gestão corrente da crise, esperando que a pandemia passe, que as empresas aguentem, e que ressurja, de novo, uma dinâmica de recuperação.

É preciso mais e melhor, para que, no rescaldo desta crise, as empresas não só tenham resistido, mas estejam em condições para impulsionar a recuperação, para investir, para

competir com as suas congéneres europeias, que têm beneficiado de níveis substancialmente diferentes de apoio à respetivas economias.

Sobre o PRR:

Quanto ao PRR, para além da crítica de fundo pelo facto de a alocação de verbas não refletir a prioridade que deve ser concedida às empresas na recuperação da economia, destacaria dois pontos fracos: a escassa prioridade conferida à recapitalização das empresas e a falta de instrumentos de estímulo a fusões e concentrações.

Outras lacunas foram identificadas na resposta da CIP à consulta pública:

- A falta de orientação do PRR para o reforço das exportações e da internacionalização da economia.
- O esquecimento da Economia do Mar, enquanto vetor estratégico determinante para alavancar as potencialidades do País e para contribuir para o esforço coletivo de recuperação (ressalve-se a exceção de um programa para a Região Autónoma dos Açores).
- A ausência de uma visão estratégica para as florestas, domínio onde os investimentos previstos se concentram nas funções do Estado e em iniciativas públicas anteriormente apresentadas.
- A visão muito limitada do papel que a bioeconomia poderá ter, não dando, por exemplo, o merecido relevo à valorização dos recursos marinhos e florestais.
- A pouca relevância dada à economia circular, que mereceria ser enquadrada de forma mais explícita e adequada neste Plano.
- A omissão de investimentos nas ligações ferroviárias internacionais, prioridade das prioridades no que se refere a infraestruturas estratégicas.

Dirão que há mais vida para além do PRR, que Portugal terá acesso a outros instrumentos de financiamento que acomodarão vertentes de uma estratégia de recuperação e desenvolvimento que não foram aqui contempladas.

De facto, o PRR não pode ser analisado isoladamente de outras fontes de financiamento, nomeadamente os fundos europeus do novo ciclo da política de coesão, para além de outros instrumentos.

Contudo, não são conhecidos os critérios que determinam quais os investimentos a ser financiados por recurso ao PRR e quais os que virão a ser financiados por recurso a outros instrumentos. O pouco que é conhecido sobre o que virão a constituir o Acordo de Parceria e os respetivos Programas Operacionais não esclarece minimamente esta questão, nem permite vislumbrar qual a prioridade que neles será concedida, em termos de verbas alocadas, à competitividade empresarial.